

QUANDO O SILÊNCIO VIRA PREJUÍZO

Durante meses, os bancos e a Faria Lima assistiram, em silêncio, ao uso do aparato judicial como ferramenta de perseguição política. Viram o avanço de medidas questionáveis, o atropelo de garantias legais, a naturalização de decisões que colocavam em xeque a previsibilidade institucional — e seguiram como se nada estivesse fora do lugar.

Foi uma decisão consciente. Preferiram não confrontar o problema — talvez por conveniência, talvez por cálculo. Havia uma aposta implícita: a crise institucional seria contida dentro do campo político e não atravessaria a fronteira do sistema financeiro. Apostaram que o dano reputacional não afetaria o ambiente de negócios. Que o Judiciário, ainda que atuando como ator político, manteria os fundamentos “sob controle”.

Agora, diante da possibilidade concreta de que o Brasil entre no radar de sanções internacionais — como prevê a Lei Magnitsky, por exemplo —, a reação do mercado vem com pressa. Cotações oscilam, setores se agitam, relatórios começam a mencionar o que antes era tratado como exagero. O que antes era “narrativa” passou a ser risco regulatório real.

Mas é tarde para alegar surpresa.

A corrosão institucional não começou ontem. E o mercado não foi um espectador inocente. Ignorou alertas, normalizou abusos e seguiu apostando que os dividendos continuariam vindo, independentemente do cenário político. Foi uma forma de convivência silenciosa, embalada por jantares com ministros, eventos com autoridades e uma fé exagerada na capacidade do sistema de absorver choques sem colapsar.

Houve também um cálculo de conveniência: defender instituições sólidas só faz sentido quando o custo é nulo. Quando o preço envolve enfrentar os donos do poder de fato, a “moderação” vira regra. Por isso, a maior parte do sistema preferiu blindar a própria posição — acreditando que poderia atravessar a tempestade mantendo os lucros intactos e as relações preservadas. O problema é que, nesse processo, comprometeu-se justamente aquilo que deveria garantir estabilidade: a confiança nas regras.

Mas chegou o momento em que o risco deixou de ser uma abstração jurídica. Ele agora aparece na planilha, no *compliance*, no caixa. A neutralidade calculada começa a cobrar preço. E não se trata apenas de uma questão de imagem: estamos falando da credibilidade do país enquanto jurisdição segura para negócios, contratos e investimentos de longo prazo.

A verdade é que o sistema financeiro não apenas conviveu com o desequilíbrio institucional — em muitos momentos, ele o validou. Agora que os reflexos se materializam em prejuízo, vem o espanto. O que estamos vendo é um desdobramento previsível — fruto direto de um processo sustentado por omissão, conveniência e uma confiança excessiva na ideia de que “os ventos sempre sopram a favor do capital”.

Dessa vez, não sopram.

- **Omissão calculada:** Bancos e Faria Lima optaram por não enfrentar o avanço de medidas questionáveis, acreditando que a crise não afetaria os negócios.
- **Do risco abstrato ao prejuízo real:** A possibilidade de sanções internacionais e o impacto regulatório expõem o custo da neutralidade mantida pelo mercado.
- **Convivência e consequência:** O sistema financeiro não apenas tolerou a instabilidade, mas a legitimou; agora, paga o preço da aposta no silêncio.

